



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

CONTRATO Nº. XX/2015
SEI nº 0060947-32/2014

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE COLETA, LAVAGEM, HIGIENIZAÇÃO,
PASSADORIA E ENTREGA DE ROUPAS, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO
DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
TOCANTINS E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A **União**, por meio do **Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.789.902/0001-72, com sede na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 1 e 2, Palmas/TO e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ/MF sob o n.º XXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominados CONTRATANTE e CONTRATADA, representado, o primeiro por seu Diretor-Geral, **José Machado dos Santos**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 1.565.192 SSP/DF e CPF nº 412.307.011-68, e pelo Secretário de Administração e Orçamento, **Teodomiro Fernandes Amorim**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.522.273 SSP/GO e do CPF nº 094.110.381-15, e a segunda pelo(a) Senhor(a) **XXXXXXXXXX**, brasileiro(a), casado(a), portador(a) da carteira de identidade nº xxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxx, resolvem celebrar o presente CONTRATO, sob o nº XX/2015, decorrente da licitação na modalidade PREGÃO (Presencial), de nº 05, tipo MENOR PREÇO (POR ITEM), autorizado nos autos do SEI nº **0060947-32/2014**, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, com fundamento nas Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta, lavagem, higienização, passadoria e entrega das vestes talares (Togas e becas) dos Juízes Membros e assistentes da Sessão Plenária deste Tribunal, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo II do Edital de abertura do Pregão), que é parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Compete à CONTRATADA prestar os serviços referentes às vestes talares obedecendo às seguintes condições:

a) Os serviços consistirão na coleta, lavagem, passagem e entrega das vestes talares (Togas e becas) dos Juízes Membros e assistentes da Sessão Plenária do TRE-TO, conforme quantitativos e periodicidades abaixo:

DESCRIÇÃO	QTD	PERIODICIDADE EM 12 MESES
Toga Simples	15	12
Becas	3	12
Togas para Solenidades	9	4

b) Os serviços deverão ser executados nas instalações da empresa vencedora, e os produtos utilizados na sua execução deverão estar de acordo com as especificações das peças coletadas, evitando-se danos e desgastes excessivos.

c) Levando-se em consideração que os tecidos utilizados para confeccionar as vestes talares/becas são delicados, fáceis de danificar e de custo elevado, o procedimento de higienização deverá ser realizado com saco protetor de lavagem, evitando que danifiquem o torçal e o pingente afixado nas becas, pois tal procedimento de proteção conservará e trará maior durabilidade às mesmas.

d) As peças deverão ser lavadas e passadas sem danificar o torçal e o pingente afixado nas becas, entregues acondicionadas e embaladas pela contratada, de forma que o transporte não altere as características do material e a qualidade do serviço.

2.2.1. Da Retirada e Entrega das Peças

a) A coleta das vestes talares deverá acontecer no último dia útil do mês, no horário das 14:00 às 18:00h, na Seção de Acórdãos, Resolução e Apoio ao Pleno- SEARA, no endereço: Quadra 202 Norte, Av. Teotônio Segurado, Conjunto 01 Lotes 1 e 2, PLANO DIRETOR NORTE - PALMAS – TO CEP: 77.006-214, **e em casos excepcionais este recolhimento poderá ser acertado verbalmente entre esta seção e a contratada;**

b) A cada retirada das peças, a contratada deverá entregar uma relação contendo descrição e quantidade das mesmas;

c) A Devolução das vestes talares deverá ser feita **no prazo máximo de 3 dias**, contados a partir da data da retirada das mesmas na Seção de Acórdãos, Resolução e Apoio ao Pleno- SEARA, devidamente lavadas, passadas e higienizadas;

d) A cada devolução das peças, a contratada deverá entregar uma relação contendo descrição e quantidade das mesmas, que terá sua conformidade verificada com a relação a que se refere a letra b;

e) No ato do recebimento das peças já higienizadas, o setor responsável fará a conferência se os serviços foram prestados à contento, devendo a contratada corrigir as possíveis falhas apontadas em até 24 horas.

f) Todas as vestes talares entregues à contratada serão listadas em rol próprio do setor responsável pela fiscalização do contrato, discriminando o tipo e a quantidade, responsabilizando-se a contratada pela devolução, das peças no mesmo estado de conservação e sem manchas, devidamente lavadas, higienizadas e passadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 Com relação aos serviços especificados na Cláusula Segunda compete à CONTRATADA:

- a) Coletar, lavar, passar e entregar as peças objeto deste Contrato, após a solicitação do fiscal do contrato, nas formas dispostas no Termo de Referência respectivo e na Cláusula Segunda deste Contrato;
- b) Vistoriar as peças no momento da coleta e entrega das mesmas, na presença do fiscal do contrato, indicando os defeitos, quanto existirem;
- c) Substituir/restaurar as peças danificadas (ex: descosturadas, queimadas, manchadas, rasgadas) ou extraviadas, sob sua responsabilidade, por outras com as características e de qualidade igual ou superior, com a devida avaliação do fiscal do contrato;
- d) A reposição de peças novas deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos. Na impossibilidade de assim o cumprir, a justificativa deverá ser feita por escrito, à Seção de Acórdãos, Resolução e Apoio ao Pleno- SEARA, em documento onde constará o motivo da prorrogação dos prazos determinados, bem como o dia e hora em que as novas peças serão repostas;
- e) Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas em decorrência da prestação dos serviços, sem qualquer ônus ao TRE-TO;
- f) Manter pessoal especializado para a execução dos serviços, devidamente identificados, sendo vedada a transferência a outrem, por qualquer forma, da responsabilidade pela realização do objeto deste termo;
- g) Comunicar, por escrito, ao fiscal do contrato, quando verificar condições inadequadas para a prestação do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;
- h) Encaminhar, mensalmente, as notas fiscais de serviços, compreendendo os quantitativos dos serviços efetivamente executados;
- i) Providenciar a imediata correção das deficiências e falhas apontadas pelo Tribunal, quanto à execução dos serviços;
- j) Disponibilizar ao TRE-TO números de telefones, e-mail, fax ou outra facilidade para abertura de chamados;
- k) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3. Compete à CONTRATANTE:

- a) Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato;

- b) Executar a fiscalização e controle da execução dos serviços;
- c) Efetuar o pagamento à contratada, consoante as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

4.1 Conforme a quantidade de peças e a periodicidade estimada mensal de lavagens, bem como o valor unitário contratado, a Contratante pagará à Contratada pelos serviços prestados o valor mensal de R\$ 0,00(xxxxxxxxxxxxxx), e anual de R\$0,00 (xxxxxxxxxxxx).

ITEM	PEÇA	QTD	PERIODICIDADE ESTIMADA NO MÊS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Toga Simples	15	12			
2	Becas	3	12			
3	Togas para Solenidades	9	4			
TOTAL						

4.2 As lavagens que excederem ao quantitativo mínimo mensal previsto serão pagas com base no valor unitário de cada peça.

4.3 O pagamento será efetuado em moeda corrente, através de Ordem Bancária, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor encarregado da fiscalização e acompanhamento dos serviços.

4.4 A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da nota de empenho.

4.5 Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

4.6 Para liquidação da despesa, a contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, certidões de regularidade com a Previdência Social - CND/INSS e com o FGTS, em plena validade.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

5.1 Este instrumento poderá ser alterado tanto quanto a acréscimos que se façam ao contrato, até o limite de 25%, nos termos do § 1º, quanto a eventuais supressões, na forma estabelecida no inciso II, do § 2º, ambos do artigo 65 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1 A fiscalização da prestação dos serviços ficará a cargo da Chefia da Seção de Acórdãos, Resoluções e Apoio ao Pleno (SEARA), cabendo a esta todas as medidas cabíveis para a manutenção do serviço de forma satisfatória.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 O atraso injustificado para o início da prestação dos serviços sujeitará a Contratada à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

- a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2%, calculada sobre o valor do contrato;
- b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do contrato, limitada a 10%, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

7.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, ou pela inexecução das condições estipuladas, ou execução insatisfatória dos serviços, atrasos, omissão ou outras falhas, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

- a) advertência por escrito sobre o descumprimento das cláusulas contratuais e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor da contratação;
- c) impedimento de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

7.4 A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato.

7.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrá à conta Dotação Orçamentária: 02.122.0570.20GP.0017 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral, Elemento de Despesa 3.3.3.9.0.39.46 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Serviços Domésticos.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 Este Contrato vigorará por 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

10.1 Os preços contratados poderão ser reajustados, mediante negociação entre as partes e a formalização de pedido fundamentado pela CONTRATADA, tendo como fator de correção a variação do IPC/FIPE ou outro índice oficialmente designado, ocorrida nos últimos doze meses, contados da data da apresentação da proposta ou do último reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo nos autos do processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) Judicial, nos termos da legislação em vigor.

11.2 A rescisão do Contrato obedecerá ao que preceituam os artigos 77 a 80, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1 O presente Contrato será publicado em extrato no D.O.U., consoante termos do artigo 61, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666/93, às expensas do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Tocantins, Seccional Palmas, capital do Estado do Tocantins, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

E por estarem assim de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em meio eletrônico, no processo administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

Palmas - TO, __ de _____ de 2015.

JOSÉ MACHADO DOS SANTOS

Diretor Geral / TRE-TO

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM

Secretário de Administração e Orçamento / TRE-TO

Representante da Contratada